

## PODER

O governo federal anunciará um pacote para conter o impacto da taxação dos produtos brasileiros, priorizando a solução sobre a retaliação. Medidas incluem linhas de crédito, compra pública de perecíveis e adiamento de tributos

# Plano antitarifas dos EUA

» MAIARA MARINHO

Cadu Gomes/VPR



Alckmin cancelou agenda em São Paulo e retornou a Brasília para um "compromisso inadiável": "A prioridade não é retaliar, é resolver"

Sem retaliação, o governo federal vai apresentar nesta semana a lista de medidas que devem ser adotadas para conter o impacto das tarifas impostas pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros. O vice-presidente Geraldo Alckmin desmarcou agendas hoje em São Paulo e retornou a Brasília para um "compromisso inadiável", uma decisão tomada às vésperas do anúncio do plano de socorro às empresas.

Alckmin, que já havia antecipado que o plano de contingência seria divulgado entre hoje e amanhã, alertou que uma das maiores preocupações dos exportadores é a incidência da alíquota sobre cargas já em trânsito. O decreto de Donald Trump, no entanto, indicou que produtos já embarcados e em "fase final" de traslado não seriam sobretaxados. "A prioridade não é retaliar, é resolver. Procurar ampliar o número de setores que sejam excluídos, fiquem fora dessas tarifas, que entendemos extremamente injusta", afirmou Alckmin, no sábado, em São Paulo.

Na quarta-feira, entrou em vigor uma alíquota de 40% sobre os produtos importados do Brasil, que se somou à taxa de 10% já aplicada. O plano de contingência deve contemplar três eixos. O governo estuda lançar ao menos duas linhas de crédito, uma especificamente para empresários que exportam diretamente para os EUA e outra para aqueles que são afetados indiretamente pelas tarifas americanas.

Outro eixo do plano é a compra pública de mercadorias perecíveis sem licitação. A ideia é que esses

produtos possam abastecer, por exemplo, restaurantes populares. Além disso, o governo avalia adiar tributos e contribuições federais por até dois meses, como forma de aliviar a pressão financeira sobre as empresas. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) também contribuiu com propostas, apresentando uma lista de oito medidas emergenciais que incluem uma linha de crédito especial do BNDES com juros reduzidos.

Na próxima quarta, o ministro

da Fazenda, Fernando Haddad, terá uma reunião virtual com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent. Haddad afirmou que insistirá no diálogo, mas ressaltou que não discutirá questões de soberania e interferências no Judiciário brasileiro, que é independente. O chefe da equipe econômica disse ainda que a aplicação da Lei Magnitsky ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pode ser objeto da conversa. E que, dependendo

de como for o diálogo, poderá haver um novo encontro presencial entre os dois.

Haddad tem afirmado que tenta contato com Bessent desde o anúncio do tarifaço, em 9 de julho. Ao aplicar a Magnitsky, Bessent disse que Moraes "assumiu para si o papel de juiz e júri em uma caça às bruxas ilegal contra cidadãos e empresas dos Estados Unidos e do Brasil". Também afirmou que o ministro "é responsável por uma campanha opressiva de censura,

detenções arbitrárias que violam os direitos humanos e processos judicializados com motivação política — inclusive contra o ex-presidente Jair Bolsonaro". A sanção foi uma maneira de demonstrar que a Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos "continuará responsabilizando aqueles que ameaçam os interesses dos EUA e as liberdades de nossos cidadãos", disse Bessent.

Foram poupados do tarifaço 44,6% da pauta exportadora para o país norte-americano, segundo

cálculo do governo Lula. Para produtos como petróleo, suco de laranja, aviões e suas partes, e celulose, a alíquota de 10% permanece válida. O impacto macroeconômico do tarifaço é significativo, mostra a CNI. A imposição das barreiras tarifárias aos países — entre eles, o Brasil, Índia e China — somada às taxas sobre a importação de automóveis e aço, pode resultar em uma queda de 0,37% no Produto Interno Bruto (PIB) americano.

## » "Não vou parar"

O empresário Jason Miller, conselheiro do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, publicou, ontem, uma mensagem nas redes sociais em que afirma que "não vai parar" até que o ex-presidente Jair Bolsonaro "esteja livre". Miller vem fazendo publicações com críticas à condução do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na ação penal em que Bolsonaro é réu por tentativa de golpe de Estado. "Para deixar claro: não vou parar, não vou desistir, não vou ceder, até que o presidente Jair Bolsonaro esteja livre", escreveu em seu perfil no X, após compartilhar uma publicação que dizia: "É mais importante o impeachment de Moraes do que libertar Bolsonaro".

## A SOJA E OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

O Brasil é líder mundial na produção de soja — mas até quando e a que custo?

É hora de repensar o modelo agrícola atual e construir caminhos para uma soja aliada à sustentabilidade e à regeneração do solo.

Participe do evento promovido pelo Correio Braziliense, em parceria com o Instituto Escolhas, e junte-se a esse diálogo sobre o futuro da agricultura brasileira.

SAVE THE DATE!

02/09

a partir das 8h30

Auditório do Correio Braziliense  
(SIG Qd. 2 Lt. 340)



Leia o QR Code e faça a sua inscrição para acompanhar o evento presencialmente